

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República

## REQUERIMENTO Nº 1360/IX (2ª) – AC

**Assunto:** Centro de Saúde de Santarém.

O distrito de Santarém – com 172 Extensões de Saúde distribuídas por 21 concelhos – é o distrito com o maior número de Extensões de Saúde no país.

Esta forma de organização tem consequências que se reflectem no dia-a-dia dos profissionais de saúde e dos utentes, porque:

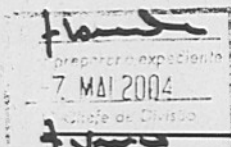
- a) Pulveriza os insuficientes recursos humanos por uma vasta área, prejudicando a sua eficiência e a sua optimização;
- b) Dificulta o planeamento dos cuidados de saúde, pelos reconhecidos constrangimentos nos modelos de organização;
- c) Algumas Extensões servem um reduzido número de utentes, por razões relacionadas com a evolução demográfica e com as migrações locais;
- d) Onera significativamente os custos desta dispersão, tornando mais escassos os recursos financeiros disponíveis.

Sem se pretender colocar em causa os direitos adquiridos pelos cidadãos, nem tão pouco aqui questionar as opções políticas tomadas, importa perceber – aprendendo com a experiência do passado – que os recursos em saúde são limitados, e que é possível planear equipamentos de saúde de qualidade, concentrando meios e recursos.

A cidade de Santarém é capital de distrito e constitui a sede de um concelho dividido por 28 freguesias, a maioria delas com características eminentemente rurais, várias das quais já razoavelmente servidas por equipamentos de saúde.

Todavia, em Santarém, existe um Centro de Saúde – que é aquele que possui maior número de utentes em todo o distrito – com cerca de 65.000 inscritos, servindo fundamentalmente as populações das freguesias urbanas que, nos últimos anos, registaram um crescimento significativo.

O actual edifício que alberga o Centro de Saúde de Santarém constitui uma parte do antigo Hospital da Misericórdia, integrando assim o património da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, onde funciona há cerca de 15 anos.



Tratam-se de instalações provisórias e arrendadas que, progressivamente, foram perdendo a qualidade e a dignidade exigíveis para uma adequada prestação dos cuidados de saúde.

De facto, os profissionais de saúde e os utentes são confrontados com algumas situações absolutamente desadequadas, que justificam uma referência:

- Ausência de acesso adequado para deficientes, impossibilitando o seu acesso ao 1º piso;
- Inexistência de um espaço específico destinado à saúde infantil;
- Falta de privacidade na sala de saúde materna e planeamento familiar, cujos espaços de recepção e de consulta são separados com mobiliário;
- Ventilação muito escassa das salas, nomeadamente, naquelas que se situam na cave do edifício;
- Falta de climatização agravada, particularmente no Verão, pela exposição do edifício a poente;
- Instalações sanitárias degradadas;
- Fraca luminosidade das instalações;
- Presença de humidade e cheiros provenientes dos esgotos;
- Mobiliário obsoleto;

Paralelamente a esta questão, subsiste a conhecida vontade do Ministério da Saúde – já por diversas vezes manifestada – em construir, na cidade de Santarém, dois equipamentos na rede de prestação de cuidados de saúde primários:

- Uma Extensão de Saúde para S. Domingos, já incluída em vários anos no PIDDAC, embora não se conheça qualquer evolução sobre este projecto;
- E, posteriormente, a inclusão de um novo projecto, na zona do planalto, provavelmente em substituição do actual Centro de Saúde;

Em suma, a capital do distrito de Santarém apresenta a pior situação no contexto de 21 concelhos, porque tem um Centro de Saúde que funciona provisoriamente há 15 anos, em instalações desajustadas e desadequadas mas, também, porque não beneficia da construção de uma nova Extensão de Saúde, já prevista há vários anos em PIDDAC, para S. Domingos.

Para além disso, com as reconhecidas actuais insuficiências – quer em meios humanos, quer em recursos materiais – pode-se concluir que:

- A construção e o funcionamento da Extensão de Saúde de S. Domingos seria penalizada, neste momento, pela sua escassa optimização;

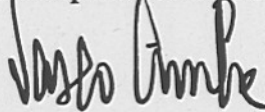
- A manutenção do actual Centro de Saúde de Santarém, por recuperação ou beneficiação, apenas constituiria um paliativo para a sua estrutural desadequação;

Face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requeremos, por intermédio de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, ao Governo, ao Ministério da Saúde e à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT), que nos responda às seguintes questões:

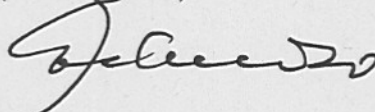
1. Foi, no passado recente, considerada a possibilidade da construção de um Centro de Saúde em Santarém que substitua o actual edifício provisório com cerca de 15 anos, reequacionando o plano de novos equipamentos na cidade de Santarém?
2. Está o Governo disposto a comprometer-se com esta construção, garantindo a sua prioridade através da respectiva inscrição em PIDDAC, no Orçamento de Estado para 2005, dotando essa rubrica com as necessárias verbas para os anos seguintes?
3. Está o Governo disposto a aceitar que a Câmara Municipal de Santarém, em protocolo a celebrar, ceda um terreno, na cidade de Santarém, destinado à construção desta infra-estrutura?

Lisboa e Palácio de São Bento, 5 de Maio de 2004

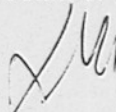
Os Deputados do PSD



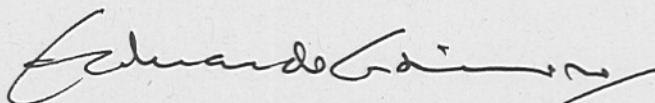
(Vasco Cunha)



(José Manuel Cordeiro)



(João Moura Rodrigues)



(Eduardo Casimiro Pereira da Silva)